

GDF ENTREGOU MAIS DE 10 MIL CASAS

Dez mil 415 unidades residenciais concluídas e entregues, 330 incluídas e em fase de entrega, 3.992 iniciadas e 240 em licitação. Este é um rápido balanço da Administração José Aparecido no setor Habitação.

A importância conferida ao problema da moradia levou a atual administração a desmembrar os órgãos embutidos nas Secretarias de Serviços Sociais, de Serviços Públicos e de Viação e Obras e a criar a Secretaria Extraordinária da Habitação, tendo à frente o ex-diretor de Habitação da CEF, Sadi Ribeiro.

O Governo tinha a consciência de que não poderia estimular a distribuição da moradia, porque, desta maneira, agravaria o problema criado pelos fluxos migratórios. Mas, por outro lado, não poderia ficar indiferente ao drama das famílias morando em fundos de quintal. Não deveria, também, ficar indiferente ao uso irregular do solo, pela via das chamadas "invasões".

Essa questão do uso do solo é atípica no Distrito Federal. Criada para garantir as premissas urbanas do Plano Piloto, a legislação que rege a matéria praticamente elimina seu parcelamento através da iniciativa privada, porque todas as terras do Distrito Federal são públicas.

O fenômeno habitacional, aqui surpreendeu os planejadores e urbanistas da nova capital. Brasília, criada para abrigar 500 mil habitantes no fim do século, tem atualmente, mais de 1.800.000, incluindo as cidades-satélites. O surgimento das satélites se previa que ocorresse após o esgotamento do espaço do Plano Piloto, mas tornaram-se uma realidade a partir de 1958, antes mesmo da inauguração da cidade e hoje são oito e só uma delas, Ceilândia, tem uma população correspondente à do Plano Piloto.

Ao tomar posse, o atual Governo encontrou o processo de distribuição de moradias praticamente paralisado — havia seis anos que a Shis — Sociedade de Habitação de Interesse Social não cadastrava pretendentes a casa própria e o Programa de Assentamento Populacional de Emergência, o Pape, ao iniciar o assentamento de moradores nas próprias invasões — Candangolândia, por exemplo — criara a expectativa de que novas invasões resolveriam o problema das famílias sem teto.

De modo democrático, o atual Governo sistematizou a concessão de moradias através da seleção computadorizada: dentro de um rigoroso critério, têm acesso famílias que residem, no mínimo, há cinco anos no Distrito Federal e que sobem na escala das preferências pelo número de dependentes, nível de renda (baixo) e não possuem qualquer propriedade no DF.

Para evitar a especulação imobiliária — tornou-se uma das práticas a concessão de uso, em lugar da venda.

E essa política de governo foi posta em ação a partir da polêmica eliminação dos loteamentos irregulares, culminando com o assentamento, recentemente legalizado, das Vilas Paranoá e Planaltina.



Samambaia já conta com infra-estrutura de água, luz, esgoto, além de escola e centro de saúde. As obras não param

Uma política para enfrentar a onda migratória

A maior geratriz de problemas de Brasília chega com a onda de migração que açoita constantemente a Capital da República, respondendo por um crescimento populacional de 6% ao ano, o segundo maior índice do País, depois de Rondônia. A Secretaria de Serviços Sociais e seu órgão executivo, a Fundação do Serviço Social, são os principais responsáveis pelo enfrentamento do problema.

Sem ampliar o quadro de servidores, a SSS e a FSS direcionaram suas ações para dois programas básicos — Atendimento ao Menor, com prioridade 1, e Ação Comunitária. Como faltassem recursos, aliaram-se a instituições privadas e públicas e até internacionais, como a Unicef. Essa aliança produziu creches comunitárias, espaço do menor carente no mercado de trabalho e criou até um "plantão técnico" junto à Delegacia de Menores. Há programas também de distribuição de alimentos e de assentamento de famílias sem teto ou seu "retorno com dignidade" aos locais de origem, com passagens pagas pelo Governo.

Barrolândia, a cargo da Fundação Maria do Barro, acolheu 400 famílias de invasores, inicialmente — já são 600 —, na vizinha cidade de Planaltina de Goiás.

Samambaia, nasce uma nova cidade com 5 mil famílias

Na área de habitação, um dos projetos mais ambiciosos do Governo José Aparecido é hoje uma realidade: trata-se da cidade-satélite de Samambaia, em Taguatinga, que já abriga mais de 5 mil famílias e em breve receberá mais 15 mil quando os novos moradores ocuparem as casas, já concluídas, todas com infra-estrutura de água, luz, pavimentação, esgoto, além de escola e centro de saúde. Os recursos para a continuação do projeto, que dará abrigo a um total de 50 mil famílias — no início do Governo eram apenas 700 — estão garantidos.

Já estão em andamento obras de drenagem, para prevenir enchentes na época das chuvas, de captação de águas pluviais e asfaltamento, além de um centro comunitário e novas áreas comerciais.

Nasce uma nova cidade, toda planejada e sob rigorosos critérios adotados pela Shis mediante decreto do governador José Aparecido: só têm direito às casas quem mora em Brasília há mais de cinco anos, selecionados de acordo com nível de renda (quanto mais baixo, mais pontos positivos), número de filhos e tempo de inscrição na Shis.

Só este ano José Aparecido esteve na nova cidade seis vezes. Em sua mais recente ida a Samambaia, visitou inicialmente o Centro de Saúde, numa área construída de 1.800 metros quadrados, a escola, com capacidade inicial para mil alunos do primeiro grau, uma das casas a serem entregues pela Shis em curto período e percorreu as obras de drenagem que exigiram investimentos de Cz\$ 1 bilhão e 200 milhões, segundo informou o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães.

As obras de Samambaia estão sendo financiadas pela Caixa Econômica Federal, com recursos de 15 milhões de OTNs (aproximadamente Cz\$ 300 bilhões, a preços de hoje), autorizados pelo Senado. Só na parte a ser entregue nos próximos dias foram consumidos cerca de Cz\$ 20 bilhões.

Para prevenir a possibilidade de invasões, o governador recomendou ao secretário de Segurança, coronel João Manoel Simch Brochado, que providenciasse reforço na vigilância.

Além da drenagem dos terrenos, Samambaia ganhou outra arma contra a erosão: receberá, em curto prazo, 10 mil árvores que complementarão o projeto urbanístico.